



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
2,29% São Paulo	1,43% Nova York	R\$ 4,862 (- 0,93%)	R\$ 1.320	R\$ 5,291	12,15%	12,04%	Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24

CONTAS PÚBLICAS

Deputado avança debate sobre meta

Emendas apresentadas pelo vice-líder do governo, Lindbergh Farias(PT-RJ), acabam com deficit zero e preveem saldo negativo em 2024. Ministra Simone Tebet diz que assunto ainda não foi discutido

» EDLA LULA

A decisão “solo” do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) de apresentar duas emendas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLDO), propondo alteração na meta de resultado fiscal do próximo ano, não chegou a surpreender, mas provocou mais rasuras na imagem do governo. Há três semanas, a divisão entre os ministros Rui Costa, da Casa Civil, a favor da mudança, e Fernando Haddad, da Fazenda, pela manutenção da meta de zerar o saldo nas contas públicas em 2024, vem sendo explorada pela oposição.

Lindbergh não esperou o prazo de 16 de novembro, estabelecido pelo relator da matéria, deputado Danilo Forte (União-CE), para o governo se decidir. Na segunda-feira à noite, protocolou uma emenda propondo a meta de deficit primário de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), e outra, de 0,75% do PIB.

Ontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o governo ainda não tem uma posição sobre o assunto. “A gente não discutiu ainda essa possibilidade de mudança de meta ou não”, disse a ministra, após participar de duas reuniões — uma pela manhã, com o presidente Lula, e outra à tarde — com os ministros Haddad e Esther Dweck, da Gestão. “Nós temos esse prazo até sexta-feira ou até segunda (para resolver). Não sei se seremos convocados para discutir a questão da meta até lá”,

Roque de Sá/Agência Senado



Lindbergh: propostas admitem deficit fiscal de 0,75% ou 1% do PIB no próximo ano. Segundo ele, “orçamento tem que ser realista”.

completou. Na verdade, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fixou o prazo de entrega das emendas na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para sexta-feira.

Sobre a postura de Lindbergh, Tebet avaliou que “cada parlamentar tem direito de colocar uma meta de deficit de 1%, 0,75% ou até propor superavit de 0,25%”. Ela frisou, por outro lado, acreditar na continuidade do diálogo que vem mantendo com o relator do PLDO sobre o andamento das propostas

orçamentárias. “O relator, provavelmente, vai nos ouvir”, comentou Tebet, segundo quem Danilo Forte tem procurado a equipe econômica para buscar informações “em termos técnicos”.

O senador da oposição Izalci Lucas (PSDB-DF) está entre os que não acreditam que a atitude de Lindbergh tenha sido unilateral. “Nós já esperávamos”, disse ele. “O governo não quis assumir que prometeu mais do que devia e sempre aparece alguém da base para fazer a emenda. Lindbergh é um laranja do governo”,

completou Izalci. O senador inverteu o que vai trabalhar para derrubar a proposta na CMO.

Para a senadora Tereza Cristina (PP-MS), o episódio “mostra falta de articulação” do governo com a base. “Sendo um deputado do PT, que é o governo, que propõe uma emenda já querendo furar o teto, isso mostra que o governo é gastador e que falta articulação”, comentou.

Lindbergh é vice-líder do governo no Congresso. Mas tem sido um crítico da política fiscal e, mesmo antes do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva declarar que “difícilmente” o país alcançaria a meta de deficit zero, defendia a flexibilização nas discussões do Parlamento. “O orçamento precisa ser uma peça realista para que não haja problemas na execução das políticas públicas e na possibilidade de crescimento econômico. O ideal é que ele seja o mais próximo da realidade. Isso não significa, contudo, que haverá ganância ou descontrole das contas públicas”, afirmou o deputado ao justificar a apresentação da emenda.

MERCADOS

Bolsa tem forte alta e dólar recua

Os dados de inflação ao consumidor nos Estados Unidos vieram abaixo do esperado para outubro e estimularam o chamado “apetite por risco” dos investidores. Com isso, os principais mercados acionários dos EUA fecharam em alta, ontem, num movimento que beneficiou também a Bolsa de Valores de São Paulo (B3). O Ibovespa, principal indicador dos negócios na B3, operou no campo positivo durante todo o dia e fechou a sessão com avanço de 2,29%, aos 123.165 pontos. Foi o maior nível de fechamento desde 3 de agosto de 2021.

O giro financeiro da terça-feira subiu a R\$ 35,2 bilhões, um volume incomum fora das datas de vencimento de contratos de opções. No mês, a bolsa sobe 8,86% e, no ano, avança 12,24%. O clima de otimismo se refletiu no mercado de câmbio, onde o dólar à vista encerrou a sessão em queda firme no mercado doméstico, em sintonia com a onda global de enfraquecimento da moeda americana. No fechamento, a moeda norte-americana foi cotada a R\$ 4,862, com recuo de 0,93% em relação ao dia anterior. Em novembro, a divisa registra perda de 3,56%.

O real, que costuma se destacar entre moedas de países emergentes em episódios de apetite ao risco, desta vez apresentou desempenho inferior ao de seus pares latino-americanos, os pesos mexicano, colombiano e chileno. Embora possa haver uma postura mais defensiva típica de véspera de feriado, analistas atribuem o fôlego mais curto da moeda brasileira ao aumento de chamado risco fiscal.

O Consumer Price Index (CPI) dos EUA ficou estável em outubro, ante expectativa de leve alta, de 0,1%, no mês. “O dado de inflação reforçou as expectativas de que o banco central americano (Fed) não precisará aumentar mais a taxa de juros, e a reação positiva do mercado foi instantânea”, disse João Romar, head de Internacional da InvestSmart XP.

“A boa notícia é que tanto a inflação cheia quanto o núcleo, que exclui alimentos e energia, itens considerados voláteis, vieram abaixo das expectativas. Caso o núcleo mantenha essa trajetória baixa até a próxima reunião do comitê de política monetária do Fed, a tendência é de não termos mais elevações na taxa de juros nos Estados Unidos”, apontou Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research.

Crescimento de despesas preocupa analistas

» ROSANA HESSEL

A desaceleração da atividade econômica iniciada no terceiro trimestre, que deve se estender por 2024, indica que a arrecadação de impostos, no próximo ano, não será suficiente para cobrir o grande volume de despesas criadas neste ano. Além disso, há várias emendas parlamentares ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) que tendem a aumentar ainda mais o rombo fiscal do ano que vem.

A LDO orienta a elaboração do Orçamento de 2024 e, na proposta do Executivo, está incluída a meta de deficit primário zero. Mas, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2024, que também tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO), há uma previsão de R\$ 168,5 bilhões de despesas ainda sem fonte de receita definida — contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Alguns analistas estimam um rombo fiscal de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024,

mas muitos avaliam que o saldo negativo poderá ser ainda maior do que este ano, que deve ficar entre 1% a 1,2% do PIB, segundo projeções do mercado. “Os dados são muito especulativos, mas as despesas adicionais devem superar os R\$ 168 bilhões previstos; estamos prevendo deficit primário de 1,5% do PIB”, afirmou Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset. Ele lembrou que, conforme dados do Banco Central, em setembro, o deficit acumulado em 12 meses alcançou

R\$ 102 bilhões, ou 1% do PIB.

A equipe econômica, liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem sendo pressionada pelo Palácio do Planalto a mudar a meta fiscal do ano que vem para um deficit de, pelo menos, 0,5% do PIB, o que, com a margem de tolerância de 0,25% poderia permitir um rombo fiscal de até 0,75%. Isso, porém, não será suficiente para cobrir as novas despesas que estão sendo criadas pelas emendas de parlamentares governistas. Além disso, as medidas para

aumentar a arrecadação propostas pelo governo ainda precisam de aprovação do Legislativo.

“Há várias emendas que estão turbinando as despesas e já se fala em meta de deficit próxima de 1% do PIB. Nos bastidores, no entanto, fala-se que parte dessas emendas são de parlamentares do PT e do PSol que dificilmente devem passar. Querem apenas firmar posição contra Haddad. Seria como um fogo amigo para desestabilizá-lo”, avaliou Hegedus.

CONJUNTURA

Setor de serviços cai pelo segundo mês consecutivo

O setor de serviços, que tem o maior peso no Produto Interno Bruto (PIB) do país e o que mais emprega, registrou desempenho negativo em setembro, segundo mês consecutivo, confirmando a expectativa de queda no PIB do terceiro trimestre.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços registrou queda de 0,3% em setembro em relação a agosto, quando

o indicador da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) apresentou desempenho negativo de 1,3% — queda revisada, pois a primeira mediação havia sido de -0,9%.

O setor de serviços se encontra 10,8% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e 2,6% abaixo de dezembro de 2022 (ponto mais alto da série histórica).

Frete a setembro de 2022, na série sem ajuste sazonal, o volume de serviços recuou 1,2%,

interrompendo uma sequência de 30 taxas positivas, de acordo com o IBGE. No acumulado no ano, avançou 3,4% frente a igual período de 2022. E, em 12 meses até setembro, desacelerou de uma alta de 5,3%, em agosto, para 4,4%, em setembro.

Dos cinco grandes grupos de atividades pesquisadas, dois registraram alta: serviços prestados às famílias e outros serviços prestados às famílias. Curiosamente esses dois grupos ainda não recuperaram o patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

Os demais grupos, informação e comunicação; transportes, armazenagem e correio; e

serviços profissionais administrativos e complementares, registraram quedas de 0,7%, 0,2%, e 1,1%, respectivamente.

“O resultado traz os valores fechados do terceiro trimestre e os dados sugerem que devemos ter queda no PIB após um primeiro semestre bastante positivo”, alertou o economista e consultor André Perfeito, ex-economista-chefe da Necton Investimentos. “Seja como for, os dados da PMS divulgados hoje apontam perda de fôlego na margem de atividade e devem gerar desconforto no mercado e, principalmente, no Palácio do Planalto”, acrescentou. (RH)

Ed Alves/CB/D.A Press



Serviços prestados às famílias, como restaurantes, registraram alta